

Declaração

Anexo I

[a que se refere a alínea a) do nº.1 do artigo 57.º do CCP]

1 – Bruno Júlio de Sousa Guedes, Caldas da Rainha, cartão de cidadão nº- 10906940 4 ZY7, na qualidade de representante legal de Auto Júlio SA, Nif: 501864768, com sede em Rua Bernardino Simões nº-3 – 2500-138 Caldas da Rainha, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de fornecimento de combustível rodoviário, declaro, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:

- Proposta de valores.
- Ficha técnica do produto em referencia.
- Ficha de segurança do respetivo produto.
- Identificação do representante legal da empresa.
- Comprovativo de autorização para consulta de situação tributaria.
- Comprovativo de autorização para consulta de situação segurança social.

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que:

a) Não se encontra em estado de insolvência, declarada por sentença judicial, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeitas a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, ou tenham o respetivo processo pendente, salvo quando se encontrem abrangidas por um plano de insolvência, ao abrigo da legislação em vigor.

b) Não foi condenado, por sentença transitada em julgado, por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional.

c) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional.

d) Tem a sua situação regularizada relativamente a dividas por contribuições para a segurança social em Portugal.



Caldas da Rainha (sede)
Rua Bernardino Simões nº3
Apartado 247
2500-138 Caldas da Rainha
T (+351) 262 839 400
F (+351) 262 839 407
caldas@autojulio.pt



Pombal
Rua Manuel da Mota nº41
Zona Industrial da Formiga
Apartado 1152
3100-394 Pombal
T (+351) 236 209 640
F (+351) 236 209 641
geral@autojulio.pt



Leiria
Vale Gracioso - Azóia
Apartado 440 - EC Matrazes
2416-904 Leiria
T (+351) 244 830 080
F (+351) 244 830 081
geral@autojulio.pt



Peniche
Av. do Porto de Pesca
Apartado 148
2520-208 Peniche
T (+351) 262 780 300
F (+351) 262 780 307
peniche@autojulio.pt



Apoio a Clientes
707 20 24 25
www.autojulio.pt



e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal;

f) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, no artigo 45.º da Lei n.º 18/2003, de 11 de Junho, e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos;

g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho;

h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal;

i) Não foi condenado por sentença transitada em julgado por alguns dos seguintes crimes:

i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Acção Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;

ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Acto do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Acção Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;

iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Protecção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;

iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais.

j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.



Caldas da Rainha | sede |
Rua Bernardino Simões nº3
Apartado 247
2500 138 Caldas da Rainha
T (+351) 262 839 400
F (+351) 262 839 407
caldas@autojulio.pt



Pombal
Rua Manuel da Mota nº41
Zona Industrial da Formiga
Apartado 1152
3100-394 Pombal
T (+351) 236 209 640
F (+351) 236 209 641
geral@autojulio.pt



Leiria
Vale Gracioso - Azóia
Apartado 440 - EC Marrazes
2416-904 Leiria
T (+351) 244 830 080
F (+351) 244 830 081
geral@autojulio.pt



Peniche
Av. do Porto de Pesca
Apartado 148
2520-208 Peniche
T (+351) 262 780 300
F (+351) 262 780 307
peniche@autojulio.pt



Apoio a Clientes

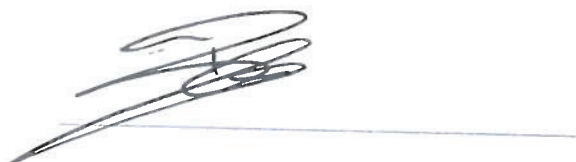
707 20 24 25

www.autojulio.pt



7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Caldas da Rainha
22/12/2015




Caldas da Rainha (sede)
Rua Bernardino Simões nº3
Apartado 247
2500-138 Caldas da Rainha
T (+351) 262 839 400
F (+351) 262 839 407
caldas@autojulio.pt



Pombal
Rua Manuel da Mota nº41
Zona Industrial da Formiga
Apartado 1152
3100-394 Pombal
T (+351) 236 209 640
F (+351) 236 209 641
geral@autojulio.pt



Leiria
Vale Gracioso - Azóia
Apartado 440 - EC Marrazes
2416-904 Leiria
T (+351) 244 830 080
F (+351) 244 830 081
geral@autojulio.pt



Peniche
Av. do Porto de Pesca
Apartado 148
2520-208 Peniche
T (+351) 262 780 300
F (+351) 262 780 307
peniche@autojulio.pt



Apoio a Clientes
707 20 24 25
www.autojulio.pt

